

A MORTE NOS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS SOBRE A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL

João Baptista Borges Pereira

(Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo)

INTRODUÇÃO

Como o próprio título procura expressar, este artigo pretende apenas dar um balanço nos estudos sobre a imigração estrangeira no Brasil com o objetivo de verificar de que maneira a temática relacionada com a morte se situa no universo de reflexão de sociólogos e antropólogos que se dedicaram a tais estudos. Esta avaliação permitirá mostrar como esses trabalhos documentam a ocorrência do fenômeno entre os imigrantes, em que esferas do social é teorizado, quais os supostos e pressupostos lógicos e ideológicos que podem ser captados pelo crítico e que norteiam, explícita ou implicitamente, a exclusão e a inclusão da morte, bem como, seus graus de privilegiamento numa agenda de preocupações científicas. Em outras palavras, espera-se que esta análise deixe claro quando, porque e em que medida ou de que forma a morte é considerada um tema relevante nos esquemas de reflexão e de pesquisa de um estudioso.

Para a realização deste inventário, foram examinados 39 trabalhos. Destes, 37 são monografias, livros, teses e coletâneas de textos, que praticamente esgotam o estoque de obras sociológicas e antropológicas sobre a imigração estrangeira no País. Embora consultados, foram deixados de lado os numerosos artigos que formam parte substancial de toda essa literatura, por tratarem de assuntos específicos que nada têm a ver com

o tema deste artigo. Em toda esta série de artigos, foram encontrados apenas 2 títulos que focalizam, como tema substantivo, expressões culturais ligadas à morte. Por isso foram incluídos no rol dos trabalhos analisados.

Tendo como critério a origem étnica dos grupos estudados, os 39 trabalhos distribuem-se da seguinte maneira: Japonês: 13 títulos; Italiano: 11 títulos; Alemão: 5 títulos; Leto: 3 títulos; Polonês: 2 títulos; Holandês: 1 título; Sírio-Libanês: 1 título; Espanhol: 1 título; Norte-Americano: 1 título; Cigano: 1 título.

Desse total, 26 estudos fazem referência, de uma forma ou de outra, à morte, enquanto 13 não tocam no assunto.

Em torno do interesse e do desinteresse pela morte é que se estruturou esta comunicação: a primeira parte é dedicada à sua presença e a segunda parte, aos significados de sua ausência na literatura compulsada.

A PRESENÇA DA MORTE

A ocorrência da morte, embora registrada em todas essas 26 obras, é teorizada e problematizada de forma desigual em três planos: a morte como componente de mecanismo adaptativo; a morte como integrante da lógica das heranças; a morte como texto no contexto religioso.

Tais planos de discussão podem ser encontrados ou não num mesmo trabalho. Quando encontrados no mesmo estudo, surgem sempre logicamente dissociados entre si, o que de resto é de se esperar quando o tema é tratado de maneira secundária.

A Morte como Componente de Mecanismo Adaptativo

Do total de 26 obras analisadas, 15 fazem referência à morte como espécie de capítulo obrigatório do processo de adaptação do imigrante ao novo ambiente (v. Quadro Bibliográfico I). É uma teorização — e conseqüentemente, uma visão do fenômeno morte — estreitamente ligada a duas maneiras de se ver e interpretar o problema das migrações humanas, notadamente a partir da perspectiva do país hospedeiro ou país de imigração: a primeira, de ordem científica, liga-se a uma tradição teórica bastante influenciada pela antropologia tradicional que se lastreia em esquemas da antropologia física e ganhou ênfase especial com o funcionalismo. Par-

te-se do princípio de que indivíduos ou grupos, ao emigrarem, deixam atrás de si um esquema de equilíbrio entre as necessidades humanas e o seu ambiente e passam para um esquema de desequilíbrio, entre a constante humano e a variável ambiental, quase sempre desfavorável ao homem. Ao deixarem o *locus* onde estavam adaptados para se transferirem para outro meio, onde devem se adaptar para sobreviver, enfrentarão uma série de mudanças que, em última instância, endereçará exigências novas ao esquema adaptativo à sua disposição, que é ao mesmo tempo de caráter biológico e cultural. A morte, neste plano, é tratada teoricamente como sintoma de desadaptação ou de adaptação precária às novas condições de vida. Nesse contexto, o seu contra-ponto — a vida — exprime a adaptação e é medida pelo índice de fertilidade do grupo migrante, isto é, pela sua capacidade de reproduzir-se biologicamente em novas condições e assim suplantam o número de óbitos pelo número de nascimentos. Através de cuidadosa elaboração de estrutura demográfica grupal, o estudioso pretende traçar o perfil mais preciso desse processo que, no fundo, é o perfil da disputa entre a vida e a morte.

Embora em tais estudos, reconheça-se a mediação do social nas relações entre indivíduo/grupo étnico e os quadros naturais, essa mediação é toscamente trabalhada do ponto de vista teórico, o que deixa a impressão de que o ser humano, reduzido às suas expressões biológicas, está diretamente à mercê da natureza. Daí a associação, nesses trabalhos, da morte com as doenças endêmicas da região, como se as doenças arroladas pelos pesquisadores montassem o cenário da morte ou fossem caminhos obrigatórios que a ela levariam.

A segunda maneira de interpretar a morte como peça de mecanismo adaptativo, embora associada a toda essa tradição teórica, apresenta fortes componentes de duas ordens ideológicas — humanitária e política — que, no fundo, repousam no mesmo quadro de valores através do qual a migração é vista como espécie de tragédia, de um afastamento doloroso de indivíduos e grupos de sua gente, de sua terra. Há como que uma projeção sentimental do autor que, desprezando os componentes festivos da emigração, tende a se sentir no lugar do desterrado e a se lamentar pelo seu destino adverso. É como se o indivíduo ou o grupo trocasse o conhecido paradisíaco pelo desconhecido infernal. No desconhecido há a esperá-lo perigos e infortúnios, notadamente as famosas doenças tropicais, que poderão pôr em risco a sua vida. (Por exemplo, em estudos sobre a imigração italiana do começo do século há uma grande preocupação por tais moléstias, esquecendo-se seus autores de que a maleita era endêmica nos famosos vales italianos, principalmente no Vale do Pó que só posteriormente foram saneados; que a pelagra, doença carencial, vitimava aldeias e gerações inteiras de italianos. Nesta observação, à margem do tema, procura-se exemplificar como a avaliação sentimental do proces-

so responde por uma miopia metodológica que faz com que dados relevantes, que poderiam melhor explicar o processo, sejam obscurecidos).

Em certos estudos, esta atitude pietista perante o fenômeno migratório não chega a ir além de uma ideologia de caráter humanitário. Em outros trabalhos, em especial os da linha marcadamente sociológica, o pietismo passa pela problematização política e dá-se grande atenção aos elementos estruturais (sociais, econômicos e, propriamente, políticos) como condutores do processo de transferência e mediadores no processo de adaptação. Nesse diapasão, os males dos países de emigração e de imigração, os infortúnios do grupo migrante, onde se inscrevem as doenças e a própria morte, são explicados ao nível da mediação de caráter estrutural entre homem e natureza. A migração continua sendo um ato de agressão a grupos e indivíduos e a morte, espécie de situação-limite dessa agressão. Mas tal agressão não é associada diretamente a quadros naturais adversos; é produzida por estruturas iníquas dos dois pólos do circuito migratório: do país que expulsa e do país que acolhe. É ao nível das estruturas que se diagnosticam ou se teorizam os sintomas de adaptação e desadaptação dos migrantes. Consequentemente, é nesse nível estrutural que a vida e a morte do imigrante são problematizadas enquanto expressões de adaptação a novas terras.

A Morte como Integrante da Lógica das Heranças

Das 26 obras que registram a ocorrência da morte, 8 colocam o tema no plano das teorizações em torno do que se poderia chamar de *lógica das heranças* (v. Quadro Bibliográfico II). Heranças — propositalmente colocadas no plural — têm neste trabalho um sentido lato, pois inclui, além da transmissão de propriedade e bens materiais, do rodízio geracional do poder na estrutura do grupo doméstico, com base no jogo diferencial de sexo e idade, também a dinâmica da linhagem e das regras de sucessão.

Baseando-se na experiência dos indivíduos pesquisados, alguns estudos identificam a morte como momentos cruciais na vida dos grupos, pois, graças a ela, seus membros são colocados perante normas e padrões de comportamento, principalmente organizatórios, que escapam da virtualidade do cotidiano e se impõem, de forma imperativa e inadiável, às personalidades e aos grupos familiares. Paradoxalmente, é como se a morte os colocasse, sem maiores subterfúgios e racionalizações, perante os grandes problemas da vida. Daí as tensões e os conflitos conspirando contra os momentos de solidariedade pressupostos na mutualidade da dor. Esses estudos documentam que as tensões e os conflitos esboçam-se a partir de choques entre pontos da lógica doméstica do grupo e a lógica jurídica do país de adoção, pelo menos com relação à herança de bens materiais.

Essa crucialidade na vida do grupo transfere-se para o plano teórico-metodológico do estudioso, que toma a ocorrência da morte como um instante privilegiado e estratégico para a análise de valores e princípios organizatórios que só se atualizam, ou se mostram de forma mais enfática, em tais ocasiões. Assim, teoricamente a morte é tomada como o grande princípio ordenador de instâncias fundamentais da vida grupal. Se não é a geradora do princípio, é a sua revitalizadora ou, pelo menos, a sua atualizadora na consciência dos homens. Todavia, o tratamento teórico da morte em tais direções é muito fragmentado, pouco satisfatório, cheio de altos e baixos, e não raro o fenômeno é apenas o suposto ponto desencadeador dos fenômenos derivados, estes sim, objeto da atenção do estudioso.

É de se observar que a problematização da morte nos domínios das heranças é mais elaborada em estudos sobre italianos e japoneses, talvez a sugerir a relevância que tem o assunto para grupos que se organizam em termos de famílias extensas.

A Morte como Texto no Contexto Religioso

Dos 26 estudos examinados, 9 colocam a morte nos domínios da religião em termos de ritual e de vida sobrenatural ou pós-morte. É na associação teórica entre a morte e a religião, que a morte ganha maior visibilidade como fenômeno social singularizado, pelo menos em alguns estudos, embora permaneça sempre como tema secundário. (V. Quadro Bibliográfico III)

A morte vista em termos de ritual é teorizada em vários planos explicativos, cujo eixo principal é o rito de passagem. O rito de passagem, na verdade um complexo de ritos, está intimamente associado à simbologia da separação. São duas faces da mesma moeda, espécie de bidimensionalidade da mesma expressão ritual. Abarca desde o rito de purificação do morto (prescrevendo-se o que ele deve despir e o que deve vestir para a travessia, o que deve levar e o que deve deixar, o que deve continuar como sua propriedade e o que deve ser distribuído ou simplesmente destruído), até o ritual demonstrativo de dor e tristeza, passando pela disposição ritualizada do corpo no espaço geográfico (pontos cardeais) do velório e do cemitério e pela encomenda da alma, cerimônia sagrada e profana de atribuições de traços positivos ao morto que o credenciariam a chegar sem maiores tropeços ao outro lado da vida.

Nesse elenco de rituais, alguns autores destacam os ritos a que se poderiam rotular de *reafirmadores de princípios estruturais do grupo étni-*

co. Neste caso, a morte, em suas conexões religiosas, propicia momentos especiais para que a comunidade ou o grupo atualize publicamente, através do rito, princípios organizatório-estruturais ligado ao sexo, à idade e à classe social. Assim, o dobrar dos sinos anunciando a morte coloca em relevo as diferenças estruturais entre homem/mulher, criança/adulto, indivíduo obscuro/indivíduo ilustre. A cada uma dessas categorias sociais está programado o tipo de sino e o número de vezes a ser dobrado. A mesma simbologia é encontrada na desigual prescrição do luto em função do sexo, idade, *status* doméstico do morto e também na disposição dos acompanhantes na estrutura dos cortejos fúnebres, pelo menos entre os italianos.

Cabem aqui duas observações. A primeira, é de que todo este complexo ritual ganha maior visibilidade porque tem como pano de fundo segmentos de sociedades agrárias ou camponesas de tradição aldeã e que, no Brasil, se reproduzem na forma de núcleos coloniais. Provavelmente, onde o imigrante se fixa dentro de padrões de dispersão — como é característico do campesinato brasileiro — não haja condições favoráveis — por falta de base grupal no estilo comunitário — para que essa prática ritual seja plenamente realizada.

A segunda observação é a de que os estudos sobre italianos e ciganos são os que mais atenção dedicaram a este assunto, o que faz com que se tome a explicação acima como decalcada em tais estudos e se coloque uma questão: se a mesma atenção fosse dispensada na análise de outros grupos étnicos talvez se tivesse um quadro mais nuanceado de todo esse complexo ritualizado da morte. Por exemplo, entre os japoneses e os ciganos, há referências a rituais de comilança, onde, com exceção dos parentes do morto, todos devem festejar. Provavelmente, se bem explorado teoricamente este tópico, ter-se-iam novos dados que justificariam a colocação desse ritual nas cerimônias fúnebres que funcionam como autênticos mecanismos de distribuição e circulação de alimentos, quase sempre ligados ao consumo conspícuo e cujo fim último parece ser o de reforçar o prestígio da família do morto na estrutura grupal ou comunitária.

Na lógica dos grupos estudados, a ligação entre a morte e a vida do além constrói uma dimensão cultural que permite ao crítico rastrear alguns pontos significativos, ainda pouco explorados:

1. referência a manifestações de culto a antepassados, como por exemplo, entre japoneses e ciganos;

2. referência a representações simbólicas que criam um universo onde convivem divindades sincréticas, seres míticos fantasmagóricos e as almas penadas dos mortos socialmente indesejáveis;

3. referência a concepções de diferentes grupos étnicos a respeito da vida sobrenatural. Neste tópico, merece destaque os estudos de grupos migrantes protestantes feitos por autores não-católicos (Tupes, Mulatinho e Goldman). Para tais grupos, vida e morte não passam de prelúdios da vida verdadeira, que é a vida que se inaugura com a morte. Esta atitude que leva os homens a tratar a morte como fenômeno natural (e em certas situações até como algo desejável) a desritualiza ao máximo, principalmente quando o ritual procura dar demonstrações de dor e de tristeza. Como a conquista da bem-aventurança começa com o instante do nascimento do ser humano, a vida além-túmulo de certa forma, condiciona toda uma visão de mundo, uma atitude peculiar perante a morte e o cultivo de um estilo de viver, que não vem ao caso examinar neste trabalho;

4. referência a pistas que mostrariam a morte e o destino da alma nas encruzilhadas das certezas e das incertezas, em que o processo de aculturação costuma colocar os grupos de imigrantes, como é o caso, por exemplo, de japoneses budistas que procuram conciliar um dilema que a morte em país estrangeiro lhes propõe. Tal dilema consiste em aceitar que a alma volte à Pátria de origem e ao mesmo tempo não seja desobrigada do papel de guardiã de seus familiares e de receber o culto da família no dia de finados em nosso país. Em outras palavras: como construir uma alma ubíqua, capaz de estar em tantos lugares ao mesmo tempo?

A AUSÊNCIA DA MORTE

Conforme já se observou na introdução deste inventário, dos 39 títulos, 13 obras não fazem quaisquer referências à morte. (v. Quadro Bibliográfico, IV).

A pergunta que se coloca é: por que a morte não foi incluída na pauta de preocupações dos autores desses trabalhos, uma vez que toda essa literatura se propõe a analisar, de uma forma ou de outra, a integração de segmentos étnicos estrangeiros na sociedade brasileira?

Em resposta a esta questão, talvez se possa ensaiar as seguintes explicações:

1. Significativamente, todos os trabalhos que examinam a presença do imigrante nos quadros urbanos brasileiros entram nessa lista, a sugerir que a problematização da vida do imigrante em condições urbanas exclui metodologicamente a morte como elemento explicativo, ou pelo menos, adota-se a perspectiva metodológica que recorta a realidade empírica

apenas enquanto expressão de vida e nunca de morte. Provavelmente, também a morte, no estilo de vida urbano, seja um fenômeno de baixa visibilidade, marcada por fraca ritualização, diferentemente, portanto, do que ocorre nas sociedades agrárias. Em condições urbanas, tem-se a impressão de que a morte representa uma quebra incômoda na rotina de vidas voltadas prioritariamente para coisas imediatas e produtivas. O melhor a se fazer é se libertar dela o mais rapidamente possível, sem maiores complicações.

2. As propostas desses estudos são bastante específicas e tendem a se concentrar em alguns aspectos do processo de integração dos imigrantes à vida nacional, aspectos que, para serem entendidos, não pedem a teorização da morte.

3. Apesar de toda a dificuldade em se estabelecerem fronteiras rígidas entre a Sociologia e a Antropologia, talvez se possa afirmar que os estudos em que a morte aparece com mais desenvoltura são reconhecidamente trabalhos antropológicos, ao passo que nos estudos sociológicos, ou é examinada de passagem, descritivamente, ou é deixada de lado, a favor da indisfarçável preocupação economicista da sociologia brasileira. Mesmo em estudos de comunidade, de caráter mais sociológico, que partem de pressupostos metodológicos de que são abarcadores de todas as manifestações da vida comunitária, a morte é considerada como tema irrelevante e como tal, o estudioso não a alça à dignidade de fenômenos marcantes da vida do grupo. A essa negligência pela morte contrapõe-se interesse acentuado pelo lazer, pela alegria, pelos folguedos. É como se atrás dessa discriminação temática se escondesse o próprio medo da morte.

Examinados deste ponto de vista, os estudos antropológicos sobre a imigração estrangeira se filiam a uma respeitável tradição acadêmica que tem privilegiado o estudo do complexo da morte, notadamente, entre populações tribais brasileiras.

4. Finalmente, nessa lista encontram-se os trabalhos que tem como projeto central examinar as contribuições de outras tradições culturais à cultura brasileira, o que conduz, facilmente, certos autores a dar as suas explanações certo caráter triunfalista, onde a morte, como negação de tudo, não tem lugar, não tem vez, carece de sentido.

CONCLUSÃO

Esquemáticamente, as conclusões deste inventário crítico podem ser enfeixadas dentro de dois ítems:

1. Os estudos sociológicos e antropológicos que registram a morte, fizeram-no de forma secundária, quer enquanto tratamento teórico, quer enquanto documentação empírica do fenômeno. Apenas 6 autores detiveram-se mais no tema (João Baptista Borges Pereira, Altiva P. Balhana, Maria de Lourdes B. Santana, Hiroshi Saito e, em conjunto, Baldus/Willems). Os três primeiros dedicam em suas monografias, capítulos especiais ao tema, cumprindo destacar que a de Balhana é mais rica em informações. Os três últimos assinam artigos: Saito discute o suicídio entre os imigrantes japoneses relacionando-o com idade, sexo, motivação e ritualização da morte na tradição cultural japonesa. Por sua vez, Willems e Baldus encaram metodologicamente o cemitério de Registro, em São Paulo, "como uma mina para o estudo de sincretismos religiosos e mudanças culturais", partindo do princípio de que a cultura da morte expressa nos túmulos e inscrições tumulares de japoneses permitiria aferir graus de aculturação religiosa do grupo imigrante (v. Quadro Bibliográfico V).

2. Os estudos analisados deram pouca atenção ao discurso do grupo sobre a morte, preferindo concentrar-se mais no discurso do pesquisador sobre a experiência do grupo. Isto é, a uma visão de dentro para fora, preferiram a visão de fora para dentro, o que de certa forma põe sob crítica o alcance dessa literatura em funcionar como documentação empírica desse fenômeno social. Cabe aqui referência a um trabalho citado e pouco conhecido: o de Willems sobre os japoneses no Estado de São Paulo. Willems transcreveu integralmente os depoimentos de seus informantes epistolares espalhados por vários pontos do Estado. São depoimentos de brasileiros que, por vários motivos, inclusive profissionais, privavam da familiaridade com os japoneses. Contudo, esses depoimentos, alguns ricos de informações, estão recheados daquelas noções estereotipadas que circulam por toda a sociedade brasileira a respeito do grupo (v. Quadro Bibliográfico III).

QUADRO BIBLIOGRÁFICO — I

— ITALIANOS:

- AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos. Os casos Pioneiros de colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. A Nação/OAC/SEC, 1975.
- BALHANA, Altiva P. *Santa Felicidade. Um processo de assimilação*. Curitiba, Tip. João Haupt e Cia. Ltda., 1958.
- BONILHA, J. F. Martins. *Organização Social e Educação Escolarizada numa Comunidade de Imigrantes Italianos*. Presidente Prudente, F.F.C.L. de Presidente Prudente, 1970.

BORGES PEREIRA, J. B. *Italianos no Mundo Rural Paulista*. São Paulo, Pioneira/IEB/1974.

HUNTER, Lucy M. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo, IEB/USP, 1972.

IANNI, Constantino. *Homens sem Paz. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963.

MARTINS, José de Souza. *A emigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

— *ALEMÃES:*

WILLEMS, Emílio. *Assimilação e Populações marginais no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1940.

WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1946.

— *JAPONESES:*

SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil*. São Paulo, Ed. Sociologia e Política, 1961.

NOGUEIRA, A. R. *A emigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo, IEB/USP, 1973.

— *LETOS:*

MULATINHO, Heldo. *Palma: a construção de uma comunidade utópica (1924-1970)*. São Paulo, FFLCH/USP, Tese de doutoramento, 1982.

TUPES, Mília. *Contribuição ao estudo da colonização no Estado de São Paulo: sobre a colônia Varpa*. São Paulo, Coleção Museu Paulista, 1979.

— *POLONESES:*

MAGALISNKI, Jan. *Deslocados de guerra em Goiás. Imigrantes poloneses em Itaberaí*. Goiânia, Ed. UFG, 1980.

— *NORTE-AMERICANOS:*

GOLDMAN, F. P. *Os pioneiros americanos no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1972.

QUADRO BIBLIOGRÁFICO — II

— *ITALIANOS:*

AZEVEDO, Thales, *opus cit.*

BALHANA, A. P., *opus cit.*

BORGES PEREIRA, J. B., *opus cit.*

DURHAM, Eunice R. *Assimilação e mobilidade*. São Paulo, IEB/USP, 1966

— ALEMÃES:

SEIFFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, Ed. Monumento/SAB, 1974.

— JAPONESES:

CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social. Estudo dos japoneses em São Paulo*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutoramento, 1972.

MAYEMA, T. Religião, parentesco e as classes médias. In: SAITO, H. e MAYEMA T. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis, São Paulo, Vozes/EDUSP, 1973, pp. 240-272.

VIEIRA, Francisca J. S. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo, Pioneira, 1973.

QUADRO BIBLIOGRÁFICO — III

— ITALIANOS:

BALHANA, Altiva P. *op. cit.*

BORGES PEREIRA, J. B. *op. cit.*

— JAPONESES:

MAYEMA, T. *O antepassado, o imperador e o migrante: religião e identificação de grupo dos japoneses no Brasil rural (1908-1950)*. In: SAITO, H. e MAYEMA, T. *op. cit.* pp. 414-447.

O japonês em São Paulo e no Brasil. São Paulo, Consulado Geral do Japão, 1971.

WILLEMS, Emilio. *Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo, FFLCH/USP, Boletim LXXXII, 1948.

— LETOS:

TUPES, Milia. *op. cit.*

MULATINHO, Heldo. *op. cit.*

— NORTE-AMERICANO:

GOLDMAM, Frank P. *op. cit.*

— CIGANOS:

SANT'ANA, Maria de Lourdes B. *Os ciganos (aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1983.

QUADRO BIBLIOGRÁFICO — IV

— ITALIANOS:

BUNSE, H. A. W. *O Vinhateiro*. Porto Alegre, co-edição URGS, s/d.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo, Martins/EDUSP, 1975.

RIOS, José A. *Aspectos políticos da assimilação do Italiano no Brasil*. São Paulo, Fund. Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1959.

— ALEMÃES:

ROCHE, J. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro/EDUSP, 1968.

ALBERSHEIM, Úrsula. *Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)*, Rio de Janeiro, C.B.P.E., MEC, 1962.

— JAPONESSES:

PAULA, Eurípedes S. de. *I Colóquio Brasil-Japão*. São Paulo, FFLCH/USP, 1967.

MITA, Chiyoko. *Mudanças de imagem. O Brasil visto pelos imigrantes japoneses*. Tokio, Instituto Ibero-Americano, Universidade de Sofia, 1977.

MÜLLER, A. R. e SAITO, H. (organizadores). *Memórias do I Painel Nipo-Brasileiro*. São Paulo, ESPSP, 1956.

— LETOS:

CONFORD, Leva M. M. *Latvian Immigration to São Paulo, Brasil: 1990-1910. Immigration and Assimilation*, Ottawa, The University of British Columbia, 1975.

— POLONESES:

SAITO, H. *Contenda: Assimilação de Poloneses no Paraná*. São Paulo, Ed. Sociologia e Política, 1963.

— HOLANDESES:

LUYTEN, Sonia M. B. *Comunicação e aculturação: a colonização holandesa no Paraná*. São Paulo, Ed. Loyola, 1981.

— *SÍRIO-LIBANESES:*

KNOWLTON, Clark S. *Sírios e Libaneses*. São Paulo, Anhambi, s/d.

— *ESPAANHÓIS:*

JORDÃO NETO, A. e BOSCO, Santa H. *O imigrante espanhol em São Paulo*. São Paulo, Sec. de Agricultura do Estado de São Paulo, 1963.

QUADRO BIBLIOGRÁFICO — V

BALHANA, A. P. *op. cit.*

BORGES PEREIRA, J. B. *op. cit.*

SANTANA, M. de L. B. *op. cit.*

BALDUS, H. e WILLEMS, E. Casas e túmulos de japoneses no Vale do Ribeira de Iguape. In: *Revista do Arquivo*, nº LXXVII, 1941. Departamento de Cultura, São Paulo, pp. 121-140.

SAITO, H. O suicídio entre os imigrantes japoneses e seus descendentes. In: *Sociologia*. Vol. XV, nº 2, 1953, Escola de Sociologia e Política, São Paulo, p. 109-130.